



DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DA PARAÍBA

Nº 17.337

João Pessoa - Sexta-feira, 02 de Abril de 2021

SUPLEMENTO

ATO DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 41.142 DE 02 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e

Considerando o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

Considerando a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020; Considerando o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020, que decretou Situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde;

Considerando que a transmissibilidade da COVID-19 aumenta sensivelmente em ambientes fechados com mais de 10 (dez) pessoas, ou mesmo em ambientes abertos com aglomeração;

Considerando que os últimos dados divulgados demonstram que a Paraíba está entrando em um cenário que projeta o declínio gradativo de pressão no sistema de saúde nas próximas semanas, permitindo retomar algumas atividades com a rígida observância dos protocolos emanados pela Secretaria de Estado da Saúde que enfatizam o uso contínuo de máscaras, constante higienização das mãos e o distanciamento social, com a finalidade de conter a expansão do número de casos em diversos municípios paraibanos,

D E C R E T A:

Art. 1º No período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021, nos municípios que estejam classificados nas bandeiras vermelha e laranja, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020, os bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência e estabelecimentos similares somente poderão funcionar com atendimento nas suas dependências das 06:00 horas até 22:00 horas, com ocupação de 30% da capacidade do local, podendo chegar a 50% da capacidade com a utilização de áreas abertas, ficando vedada, antes e depois desse horário, a comercialização de qualquer produto para consumo no próprio estabelecimento, cujo funcionamento poderá ocorrer apenas através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes (takeaway).

§ 1º No período citado no caput o funcionamento através de delivery ou para retirada pelos próprios clientes (takeaway) somente poderá ocorrer entre 06:00 horas e 23:30 horas.

§ 2º O horário de funcionamento estabelecido no caput não se aplica a restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres que funcionem no interior de rodoviárias, aeroportos, postos de combustíveis localizados nas rodovias.

Art. 2º No período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021, nos municípios que estejam classificados nas bandeiras vermelha e laranja, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020 fica estabelecido que a realização de missas, cultos e quaisquer cerimônias religiosas presenciais poderão ocorrer, com ocupação de 30% da capacidade do local, podendo chegar a 50% da capacidade com a utilização de áreas abertas.

Art. 3º No período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021, nos municípios que estejam classificados nas bandeiras vermelha e laranja, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020, os estabelecimentos do setor de serviços e o comércio poderão funcionar até dez horas contínuas por dia, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

§ 1º Dentro do horário determinado no caput os estabelecimentos e as entidades representativas de classe poderão estabelecer horários diferenciados, de modo a permitir que os seus empregados possam começar e encerrar a jornada em horários diferentes e alternados, com o objetivo

de reduzir a aglomeração no transporte público.

§ 2º Dentro do limite de horário determinado no caput os gestores municipais poderão estabelecer o horário de funcionamento do setor de serviços e do comércio, para melhor atender à realidade local.

§ 3º Os shoppings centers e centros comerciais, nos municípios que estejam classificados nas bandeiras vermelha e laranja, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020, poderão funcionar das 10:00 horas até 22:00 horas.

§ 4º As Prefeituras Municipais deverão ampliar as áreas destinadas as feiras livres, possibilitando o maior distanciamento entre as bancas e ampliação dos corredores de circulação de pessoas.

Art. 4º No período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021 nos municípios que estejam classificados nas bandeiras vermelha e laranja, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020, a construção civil somente poderá funcionar das 06:30 horas até 16:30 horas, sem aglomeração de pessoas nas suas dependências e observando todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor.

Art. 5º Nos municípios que estejam classificados nas bandeiras vermelha e laranja, de acordo com o Plano Novo Normal, estabelecido pelo Decreto Estadual 40.304/2020, poderão funcionar também, no período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021, observando todos os protocolos elaborados pela Secretaria Estadual de Saúde e pelas Secretarias Municipais de Saúde, as seguintes atividades:

I - salões de beleza, barbearias e demais estabelecimentos de serviços pessoais, atendendo exclusivamente por agendamento prévio e sem aglomeração de pessoas nas suas dependências, observando todas as normas de distanciamento social e o horário estabelecido no art. 3º;

II - academias;

III - escolinhas de esporte;

IV - instalações de acolhimento de crianças, como creches e similares;

V - hotéis, pousadas e similares;

VI - construção civil;

VII - call centers, observadas as disposições constantes no decreto 40.141, de 26 de março de 2020;

VIII - indústria.

Art. 6º A AGEVISA e os órgãos de vigilância sanitária municipais, as forças policiais estaduais, os PROCONS estadual e municipais e as guardas municipais ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesse decreto e o descumprimento sujeitará o estabelecimento à aplicação de multa e poderá implicar no fechamento em caso de reincidência.

Parágrafo único - Os recursos oriundos das multas aplicadas em razão do disposto no caput serão destinados às medidas de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Art. 7º Os estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste Decreto, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas para o funcionamento seguro da respectiva atividade.

§ 1º Constatada qualquer infração ao disposto no "caput", deste artigo, será o estabelecimento notificado e multado e poderá ser interditado por até 07 (sete) dias em caso de reincidência.

§ 2º Em caso de nova reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo.

§ 3º O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19 ensejará a aplicação de multa no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 4º Todos os órgãos responsáveis pela fiscalização, enumerados no art. 5º, poderão aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

§ 5º O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do art. 268, do Código Penal, que prevê como crime contra a saúde pública o ato de infringir determinação do Poder Público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa.

Art. 8º Fica mantida a suspensão do retorno das aulas presenciais nas escolas das redes públicas estadual e municipais, em todo território estadual, até ulterior deliberação, devendo manter o ensino remoto, garantindo-se o acesso universal, nos termos do decreto 41.010, de fevereiro de 2021.



§ 1º No período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021 as escolas e instituições privadas dos ensinos superior, médio, fundamental e ensino infantil funcionarão exclusivamente através do sistema remoto.

§ 2º O governo do Estado promoverá reunião, por videoconferência, com a participação dos sindicatos e associações dos professores e trabalhadores das redes públicas e privadas, sindicatos patronais, representantes das universidades públicas e privadas, representação de pais de alunos, com o objetivo de discutir como se dará o funcionamento das aulas a partir do dia 12 de abril de 2021.

Art. 9º Ficam suspensas, no período compreendido entre 05 de abril de 2021 a 18 de abril de 2021 as atividades presenciais nos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual.

§ 1º O disposto nesse artigo não se aplica às Secretarias de Saúde, Segurança e Defesa Social, Administração Penitenciária, Desenvolvimento Humano, Fazenda, Secretaria de Comunicação, Cagepa, Fundac, Detran e Codata.

§ 2º O disposto no caput não se aplica àquelas atividades que não podem ser executadas de forma remota (home office), cuja definição ficará a cargo dos secretários e gestores dos órgãos estaduais.

§ 3º Os estádios pertencentes ao Estado voltarão a funcionar apenas para os jogos de futebol profissional, sem público, observando o protocolo específico.

§ 4º Os terminais rodoviários pertencentes ao Estado e os transportes intermunicipais voltarão a funcionar, observadas as regras e protocolos estabelecidos pelo DER.

§ 5º A balsa que faz a travessia Costinha/Cabedelo/Costinha voltará a funcionar para transporte de veículos.

Art. 10 Permanece obrigatório, em todo território do Estado da Paraíba, o uso de máscaras, mesmo que artesanais, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados e nos veículos públicos e particulares, inclusive ônibus e táxis.

Parágrafo único - Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

Art. 11 Novas medidas poderão ser adotadas, a qualquer momento, em função do cenário epidemiológico do Estado e as medidas adotadas nesse decreto serão reavaliadas juntamente com a vigésima avaliação do Plano Novo Normal.

Art. 12 Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 02 de abril de 2021; 132ª da Proclamação da República.


JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador



GOVERNO DO ESTADO
Governador João Azevedo Lins Filho

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.

BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Albiege Léa Fernandes
DIRETORA DE RÁDIO E TV

Lúcio Falcão
GERENTE OPERACIONAL DE EDITORAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO

PUBLICAÇÕES: www.sispublicações.pb.gov.br

DIÁRIO OFICIAL - Fone: (83) 3218-6533 - E-mail: wdesdiario@epc.pb.gov.br
COMERCIAL - Fone: (83) 3218-6526 - E-mail: comercialauniaopb@yahoo.com.br
CIRCULAÇÃO - Fone: (83) 3218-6518 - E-mail: circulacaoauniaopb@gmail.com
OUVIDORIA: 99143-6762

Assinatura Digital Anual.....R\$ 300,00
Assinatura Digital Semestral.....R\$ 150,00
Assinatura Impressa Anual.....R\$ 400,00
Assinatura Impressa Semestral.....R\$ 200,00
Número AtrasadoR\$ 3,00

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração

PORTARIA Nº 121/2021/SEAD.

João Pessoa, 1º de abril de 2021.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso XIV, do Decreto 26.817, de 02 de fevereiro de 2006, c/c o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 37.242/2017 e o Protocolo nº 001/2021 que entre si celebram o Estado da Paraíba, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, e tendo em vista o que consta no Processo nº 21003827-6/SEAD,

R E S O L V E autorizar a cessão para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, do servidor **JOSÉ EDILBERTO DE LIMA MOREIRA**, matrícula nº 81.241-2, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, até 31 de dezembro de 2021.

PORTARIA Nº 122/2021/SEAD.

João Pessoa, 1º de abril de 2021.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso XIV, do Decreto 26.817, de 02 de fevereiro de 2006, c/c o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 37.242/2017 e o Protocolo nº 001/2021 que entre si celebram o Estado da Paraíba, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, e tendo em vista o que consta no Processo nº 21003827-6/SEAD,

R E S O L V E autorizar a permanência para a Prefeitura Municipal de João Pessoa, dos servidores **ROMILDO LOURENÇO DA SILVA**, matrícula nº 150.723-1, lotado na Secretaria de Estado da Saúde e **SHEILA AZEVEDO FREIRE**, matrícula nº 77.617-3, lotada na Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, até 31 de dezembro de 2021.


JACQUELINE FERNANDES DE GUSMÃO
Secretária de Estado da Administração

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

RESENHA Nº: 118/2021/DERE/HGS
EXPEDIENTE DO DIA: 24-03-2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a atribuição que lhe confere o art. 6º, Inciso XVIII, do Decreto nº 26.817, de 02 de fevereiro de 2006, combinado com a Lei nº 11.359/2019, que DEFERIU os Processos de PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL do Grupo GAJ-1700:

Nº Processo	Matricula	Nome	Cargo	Niv. Ant.	Atual
21.003.707-5	168.643-7	DANIEL LIMA DE SOUZA	AGENTE SEGUR PENITENCIARIO	II	III
21.003.764-4	168.788-3	FELIPE ALAN DA SILVA SOUZA	AGENTE SEGUR PENITENCIARIO	II	III
21.003.630-3	168.734-4	JADELSON ANTONIO B DA SILVA GOMES	AGENTE SEGUR PENITENCIARIO	II	III
21.003.452-1	183.522-0	JACQUELINE DA SILVA DIAS	AGENTE SEGUR PENITENCIARIO	I	II
21.003.942-6	168.634-8	MARCO TULLIO QUEIROGA DOS SANTOS	AGENTE SEGUR PENITENCIARIO	II	III
21.003.838-1	174.377-5	ROGENY JEAN DE ANDRADE TORRES	AGENTE SEGUR PENITENCIARIO	I	II

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

RESENHA Nº: 137/2021/DERE/HGS
EXPEDIENTE DO DIA: 24-03-2021

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a atribuição que lhe confere o art. 6º, Inciso XVIII, do Decreto nº 26.817, de 02 de fevereiro de 2006, combinado com a Lei nº 7.376/03, que DEFERIU os Processos dos Profissionais do Grupo da Saúde de PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL abaixo relacionados:

Nº Processo	Matricula	Nome	Cargo	Niv. Ant.	Atual
21.004.196-0	168.170-2	ANA DANIELLE RAMOS FALCAO	ENFERMEIRO	II	III
21.004.329-6	76.018-8	ANA MARIA ALVES DE ASSIS	MEDICO	V	VII
21.004.335-9	148.245-9	AZULA BRAGA LACERDA	MEDICO	V	VII
21.004.261-3	95.969-3	CLEANTO PIO DE SALES CHAVES	MEDICO	V	VII
21.004.330-0	64.924-4	CLEONILDA GALVAO TOSCANO	CIRURGAO DENTISTA	VI	VII
21.004.323-7	80.150-9	DAGBALDO NAZARENO CORDEIRO DE VASCONCELOS	FARMACEUTICO	V	VII
21.004.328-8	162.260-9	FERNANDA RAQUEL ALVES DE LIMA FERREIRA	ENFERMEIRO	I	III
21.004.269-5	95.496-5	JOAO BOSCO MENDES VIRGINIO	MEDICO	VI	VII
21.004.253-2	88.761-2	JULIA EMILIA VAZ SETTE CAMARA	ENFERMEIRO	V	VII
21.004.038-6	97.106-5	LIBERALINA MARIA DE ARAUJO	NUTRICIONISTA	VI	VII
21.004.146-3	148.375-2	LIDIA SOUSA DO O MARQUES	ATENEDENTE	IV	VII
21.004.150-1	148.414-7	LUCIA DE FATIMA GONCALVES MAIA DERRS	MEDICO	IV	VII
21.001.037-8	149.444-9	LUCIO VIDAL DANTAS	ENFERMEIRO	IV	VII
21.004.135-8	99.874-5	MARIA DA PENHA SILVA	BIOQUIMICO	VI	VII
21.004.029-7	149.881-9	MARIA DE LOURDES FREIRE DE ARAUJO	BIOQUIMICO	IV	VII
21.004.021-7	149.985-8	MARIA DO ROSARIO DE FATIMA COLACO	ENFERMEIRO	IV	VII
21.003.973-6	150.117-8	MARIA GERMANA DE MELO FALCAO FEITOSA	ENFERMEIRO	VI	VII
21.004.288-5	133.345-3	MARIA HELOISA AMORIM HENRIQUES DE ARAUJO	MEDICO	VI	VII
21.004.247-8	150.543-2	NELIA NERY DE LUNA FREIRE LEITE	MEDICO	IV	VII
21.003.815-2	96.242-2	ROBERTO RAMALHO ROSAS	MEDICO	V	VII
21.004.243-5	88.289-1	ROSALBA FERNANDES DA SILVA	MEDICO	VI	VII
21.004.115-3	150.925-0	SONIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA	MEDICO	IV	VII
21.004.256-7	73.604-0	SONIA MARIA QUEIROZ DE LIMA	ENFERMEIRO	VI	VII

PUBLIQUE-SE


JACQUELINE FERNANDES DE GUSMÃO
Secretária de Estado da Administração

Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida"

Portaria nº. 20/2021/GP/FUNDAC

João Pessoa, 26 de março de 2021.

O Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida", no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Estadual nº 3.815, de 25 de novembro de 1975, combinada com a Lei Estadual nº 6.060, de 13 de Junho de 1995,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, WILLAMS VARELA DE LIMA FILHO, matrícula 663.851-1, do cargo em comissão de Gerente de Execução, símbolo CCS-6, da estrutura organizacional da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida", a partir da data de sua publicação.

Publique-se.

Portaria nº. 022/2021/GP/FUNDAC

João Pessoa, 31 de março de 2021.

O Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida", no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Estadual nº 3.815, de 25 de novembro de 1975, combinada com a Lei Estadual nº 6.060, de 13 de Junho de 1995,

RESOLVE:

Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores REGINALDO RAMALHO RIBEIRO, matrícula nº 663.722-1, OLIVÂNIA MARIA DO CARMO OLIVEIRA MARTINS, matrícula nº 663.715-9, JUPIRATAN DE AGUIAR RAMOS, matrícula nº 663.172-3, para, sob a presidência da primeira, apurar os fatos objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº 03399/2016.

Publique-se.

PORTARIA EXTERNA Nº 023/2021-GP/FUNDAC

João Pessoa, em 31 de Março de 2021.

O Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" - FUNDAC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 3.815 de 25 de novembro de 1975, combinada com a Lei 6.060 de 13 de junho de 1995, e tendo em vista o que consta no parecer Jurídico nº 059/2021, objeto do Processo nº 2021/0630/FUNDAC;

RESOLVE: De acordo com o art.32, da Lei Complementar 58, de 30 de dezembro de 2003, Exonerar, a pedido, JHANYNE GALVÃO PACOTE, do cargo efetivo de Agente Socioeducativo, matrícula nº 663.898-8, lotado na Fundação desenvolvimento da Criança e do Adolescente - FUNDAC, Área I, retroagindo seus efeitos legais a data de 30/03/2021.

Portaria nº. 024/2021/GP/FUNDAC

João Pessoa, 31 de março de 2021.

O Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida", no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Estadual nº 3.815, de 25 de novembro de 1975, combinada com a Lei Estadual nº 6.060, de 13 de Junho de 1995,

RESOLVE:

Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores REGINALDO RAMALHO RIBEIRO, matrícula nº 663.722-1, OLIVÂNIA MARIA DO CARMO OLIVEIRA MARTINS, matrícula nº 663.715-9, JUPIRATAN DE AGUIAR RAMOS, matrícula nº 663.172-3, para, sob a presidência da primeira, apurar os fatos objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº 1360/2017.

Publique-se.


Nivaldo Belo de Meireles
Presidente da FUNDAC

Departamento de Estradas de Rodagem

PORTARIA Nº 019 DE 01 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA - DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto nº 7.682, de 07 de Agosto de 1978, o art. 67 da Lei nº 8.666/93, conforme Processo nº 2632/2021-6

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir o engenheiro ELIEZIO RAMOS DE AQUINO, matrícula 5119-5, inscrito no CPF sob nº 132.233.724-15, pela engenheira MARIA DO SOCORRO CHAVES RIBEIRO, matrícula 3672-2, inscrita no CPF sob nº 123.935.924-15 como Gestora do Contrato PJ-018/2016, referente ao Convite nº 02/2016-CEL, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de tecnologia da informação, para aprimoramento, manutenção e hospedagem do sistema de informações geográficas aplicado ao planejamento rodoviário - SIGA.

Art. 2º. O profissional designado nesta Portaria se responsabilizará pelo acompanhamento do contrato e seu prazo de vigência.

Art. 3º. Deverá, ainda, registrar no Livro de Ocorrências todos os fatos relacionados com a execução do contrato, a teor do art. 67, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 4º. O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar nº 58/2003 (Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


Eng.º Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Diretor Superintendente
DER-PB

LICITAÇÕES - EXTRATOS - LICENÇAS - TERMOS - ATAS

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONVITE Nº 03/2020

REGISTRO CGE Nº 21-00183-4

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor, o resultado procedimento licitatório na modalidade CONVITE Nº 03/2020, cujo objeto consiste na contratação de Empresa para execução de REFORMA DA CASA DA CIDADANIA DE MANGABEIRA, em favor da empresa NUNES CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI, CNPJ Nº 30.170.122/0001-32, no valor de R\$ 77.517,66 (Setenta e Sete Mil e Quinhentos e Dezessete Reais e Sessenta e Seis Centavos).

João Pessoa, 01 de abril de 2021.

CARLOS TIBÉRIO LIMEIRA SANTOS FERNANDES

Secretário de Estado do Desenvolvimento Humano

Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires

LICITAÇÃO

HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES

REGISTRO NA CGE Nº 21-00453-8

O HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES, através do Diretor Geral Sr. Antônio Cavalcanti Pedrosa Sobrinho, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo nº 25.239.000007.2021, RATIFICAR E HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 007/2021 ordenado pela Lei 8.666/93, para atender aos pacientes deste nosocômio, cujo o objeto é a contratação de empresa para fornecimento de OPME de acordo com o Projeto Básico constante no processo e em favor de PROMED MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (CNPJ 11.278.315/0001-11), pela proposta mais vantajosa para Administração Pública, no valor total de R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais).

Santa Rita, 30 de março de 2021.

Antônio Pedrosa

Diretor Geral

Hospital Metropolitano

EXTRATOS

HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0027/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 314/2020



Contratante:HOSPITAL METROPITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES, por seu representante o Diretor Geral Antônio Pedrosa Cavalcanti Sobrinho
Contratado:LEÃO SERVIÇO E COMÉRCIO VAREJISTA DE ELETROELETRÔNICO LTDA- CNPJ n.º 33.932.061/0001-46
Data da Assinatura: 01/04/2021
Vigência: 31/12/2021
Classificação Funcional Programática: 25101.10.302.5007.4836.0000000287.33903000.27200 RO 3586
Valor Global: R\$: 943,10 (noceventos e quarenta e três reais e dez centavos)
Gestor do contrato:CLARA LUISA BEZERRA DE RUBIM COSTA
Matrícula n.º910.031-8
Portaria n.º: 01/2021
Objeto do contrato: Contrato de aquisição de insumos para engenharia para atender demanda do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires.
Antônio Pedrosa
 Diretor Geral
 Hospital Metropolitano

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 0025/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 438/2020

Contratante:HOSPITAL METROPITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES, por seu representante o Diretor Geral Antônio Pedrosa Cavalcanti Sobrinho
Contratado:M. F. EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA- CNPJ n.º 02.800.248/0001-64
Data da Assinatura: 18/02/2021
Vigência: 17/08/2021
Classificação Funcional Programática: 25101.10.302.5007.4836.0000000287.33903000.27200 RO 1098
Valor Global: R\$: 423,43 (quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e três centavos)
Gestor do contrato:CRISTIANE COSTA MARANHÃO
Matrícula n.º910.046-6
Portaria n.º: 01/2021

Objeto do contrato: Contrato de aquisição de insumos equipamento hospitalar para atender demanda do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires.

Antônio Pedrosa
 Diretor Geral
 Hospital Metropolitano

Universidade Estadual da Paraíba

CESSÃO DE USO

PBPREV - PARAÍBA PREVIDÊNCIA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DA CESSÃO DE USO – IMÓVEL FUNAD

SEGUNDO TERMO ADITIVO RELATIVO A CESSÃO DE USO DO IMÓVEL ONDE ATUALMENTE SE ENCONTRA EDIFICADA A FUNAD - QUE FAZEM A PBPREV – PARAÍBA PREVIDÊNCIA E O ESTADO DA PARAÍBA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO. RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA, DA CLÁUSULA TERCEIRA, DA CLÁUSULA SEXTA E CLÁUSULA SÉTIMA.

PBPREV – PARAÍBA PREVIDÊNCIA, autarquia estadual, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Estado da Paraíba, criada pela Lei Estadual n.º 7.517/2003, inscrita no CNPJ/MF n.º 06.121.067/0001-60, com sede na Av. Rio Grande do Sul, S/N, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP 58030-020, neste ato representada pelo seu Presidente, **JOSÉ ANTONIO COELHO CAVALCANTI**, regularmente nomeado por intermédio do Ato Governamental n.º 2995, de 26 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 27 de novembro de 2019, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.748.370 - SSP/SP, inscrito no CPF n.º 105.150.974-20, residente e domiciliado na Av. Cairu, n.º 298, Ap. 201, Edifício Porto Cairu, Cabo Branco, nesta capital, doravante denominado **CEDENTE**; e **ESTADO DA PARAÍBA**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**, com sede na Rua João da Mata, S/N, Centro Administrativo do Estado, Bairro de Jaguaribe, Bloco AZ, neste ato representada pela Secretária de Estado da Administração, Sra. **JACQUELINE FERNANDES DE GUSMÃO**, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, as partes entre si justas e contratantes, juridicamente capazes, à vista dos documentos que me foram apresentados, conforme Processo n.º 20008290-6/SEAD e Processo n.º 0004100-20/PBPREV, mediante as cláusulas e condições a que mutuamente se obrigam, dando-se fé ao presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CESSÃO DE USO relativa ao imóvel onde atualmente se encontra edificada a FUNAD**, nos termos a seguir:

1.1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Onde se lê:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O objeto do presente instrumento consiste na Cessão de Uso de forma Onerosa ao Cessionário do seguinte imóvel:

Identificação:	Lote 404: Q – 67 – Limites e Confrontações: Norte: Rua Dr. Orestes Lisboa; Sul: Imóvel onde funciona o INSS e Rua Ovídio Gouveia; Leste: Lote n.º 0701; Oeste: Rua João Teixeira de Carvalho; Área: 34.494,24 m² *Terreno onde atualmente funciona a FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio e Pessoa com Deficiência.
Escritura Pública	Registrada sob o n.º da ordem AV-1-129.034, na matrícula n.º 129.034. Título anterior: Livro 2-BC, às fls. 268, sob o n.º de ordem AV-3-20.022, do Registro Geral do 2.º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital – Cartório Eunápio Torres.
Cadastro Imobiliário	Cadastrado junto a Prefeitura Municipal de João Pessoa conforme inscrição imobiliária n.º 11.34.11-6.
Ônus e Direitos Reais	O imóvel objeto do presente termo está livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais, arresto, sequestro, foro ou penções com todas as benfeitorias e servidões, bem como de ações reais ou pessoais reipersecutórias.

Leia-se:

Identificação:	Lote 404: Q – 67 – Limites e Confrontações: Norte: Rua Dr. Orestes Lisboa; Sul: Imóvel onde funciona o INSS e Rua Ovídio Gouveia; Leste: Lote n.º 0701; Oeste: Rua João Teixeira de Carvalho; Área: 31.447 m² *Terreno onde atualmente funciona a FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio e Pessoa com Deficiência.
Escritura Pública	Registrada sob o n.º da ordem AV-1-129.034, na matrícula n.º 129.034. Título anterior: Livro 2-BC, às fls. 268, sob o n.º de ordem AV-3-20.022, do Registro Geral do 2.º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital – Cartório Eunápio Torres.
Cadastro Imobiliário	Cadastrado junto a Prefeitura Municipal de João Pessoa conforme inscrição imobiliária n.º 11.34.11-6.
Ônus e Direitos Reais	O imóvel objeto do presente termo está livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais, arresto, sequestro, foro ou penções com todas as benfeitorias e servidões, bem como de ações reais ou pessoais reipersecutórias.

1.2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Onde se lê:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL:

O imóvel cedido destina-se a edificação de uma Escola, tendo em vista convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, cuja finalidade é atender as demandas da população.

Leia-se:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL:

O imóvel cedido destina-se a construção da Oficina Ortopédica, tendo em vista convênio celebrado entre o Governo do Estado (Secretaria de Saúde) e o programa de ASSISTENCIA AMBUL. HOSPITAL ESPECIALIZADA, cuja finalidade é atender as demandas da população.

1.3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Onde se lê:

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO:

A presente cessão terá vigência de 25 (vinte e cinco) anos, estando automaticamente renovada por igual período, caso efetivada a construção da Escola.

Leia-se:

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO:

A presente cessão será irrevogável, irrevogável e terá vigência de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de repasse, estando automaticamente renovada por igual período, caso efetivada a construção do objeto a qual foi destinada.

1.4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Onde se lê:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO:

O CESSIONÁRIO devolverá o bem caso não cumprida a finalidade específica de interesse público de construção da escola ou por violação das cláusulas do presente instrumento de cessão, sem ter direito o CESSIONÁRIO a qualquer indenização, quando o interesse público o exigir, ou em caso de infringir qualquer uma de suas obrigações.

Leia-se:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO:

O CESSIONÁRIO devolverá o bem caso não cumprida a finalidade específica de interesse público de construção da Oficina Ortopédica ou por violação das cláusulas do presente instrumento de cessão, sem ter direito o CESSIONÁRIO a qualquer indenização, quando o interesse público o exigir, ou em caso de infringir qualquer uma de suas obrigações.

Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, o qual vai assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas abaixo arroladas.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

JOSÉ ANTONIO COELHO CAVALCANTI
PBPREV - PARAÍBA PREVIDÊNCIA
JACQUELINE FERNANDES DE GUSMÃO
SEAD/PB - Secretaria de Estado da Administração
FÁBIO ANDRADE DE MEDEIROS
 Procurador Geral

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____